

Conceitos fundamentais da Psicanálise

**Apresentação, leitura e comentários de
Seminários e Textos de Jacques Lacan**

Os Nomes-do-Pai

e

Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise

Paulo Medeiros

15 - 31 de agosto de 2004

*Memória e transcrição de gravação*¹

Intervenção – [...]

De fato, este sonho é um dos mais extraordinários dos narrados por Freud: *Pai, não vês que estou queimandô*

Intervenções – [...]

O estatuto do pai em Édipo e em Hamlet Sim, tanto em Édipo quanto em Hamlet, há o pai morto; em Hamlet há o fantasma do pai morto.

Intervenção – [...]

Sim, Paulo Claudel.

Intervenção – [...]

De algum modo, Lacan retoma o que teria sido o seu seminário anterior a este, Os nomes do pai. E nos traz, uma vez mais, Kierkegaard, lembrando-nos também, desse modo, o sacrifício de Isaac no horror retratado por Caravaggio, a impotência do filho diante do arbítrio paterno, a angústia de Isaac diante do cutelo. Há um desejo a circular nessa relação, o desejo de morte.

Intervenção – [...]

A Metáfora Paterna O Nome-do-Pai seria, então, a metáfora que permitiria manter, estruturar, o desejo em relação ao que lhe interdita. Lei é interdição, interdição reguladora das relações, ou seja, a relação entre o desejo e a interdição de seu ato, de sua

¹ Paulo Medeiros. Revisão ortográfica: Dulcinea Santos.

*A Lei -
na Psicanálise e na
Jurisprudência*

*A pulsão de morte
no mito de Édipo*

realização, como nos Dez Mandamentos, que, em nossa Cultura, é o que demonstra de modo mais universal e particular tal relação. Se há interdição é porque há o desejo correspondente ao interdito. Então há esse *Não Não matarás*, por exemplo - sobre o qual já trabalhamos, a partir de Freud, em *Die Verneinung* – uma *Afirmativa*. E essa Lei, se, por um lado, a afirmamos no campo da Jurisprudência, no campo da Psicanálise há a *Afirmativa*, então, corolário da *Negativa*, insabido pelo sujeito numa fala transferencial analítica. Há, então, a Lei estruturante da relação inconsciente entre o desejo e sua interdição e há a Lei enquanto Jurisprudência a regular as relações sociais. No mito de Édipo, conforme Freud o aborda, por exemplo, há o imbricado do desejo de morte a circular a relação. O que fez Édipo, ao matar o pai, sem saber tratar-se de seu pai o homem que mata? Não teria Édipo realizado, de algum modo, um desejo de morte que não lhe era alheio, mas não lhe pertencia? Antes de realizar o ato, foi desejado morto, mas saiu escapando da realização de tal desejo que sobre ele recaía. E, digamos, assombrosamente desejado morto por sua mãe, Jocasta. A mãe induziu o pai a fazê-lo; o pai não fez, repassando a tarefa para um criado, que também não realizou o ato, sendo, por fim, salvo por alguém estranho à relação do circuito familiar onde circulava tal desígnio, desígnio anterior ao próprio nascimento do herói.

Intervenção – [...]

Ah, então ficou ao relento durante três dias? Três dias. Só esse detalhe já mereceria nossas considerações. Esses detalhes, nos mitos históricos e nos mitos religiosos, universalizam alguma coisa a partir de algo cultural de relevância histórica e subjetiva.

Intervenção – [...]

*A extensão da lei do
desejo e sua analogia
com a do Oráculo*

Premeditado no sentido desejante de uma lei, a lei como expressão do desejo, num aquém e num além, ou seja, num campo simbólico que excede as fronteiras do individual, inserindo o sujeito numa história, na Cultura. Essa deve ser a função do oráculo, a de estar além da composição formada por essa constelação familiar.

Intervenção – [...]

Inescapável. É nesse contexto que podemos apreender o

*A influência
hereditária do
sistema linguageiro
na Metáfora Paterna*

arbitrário, o arbítrio da Lei. O que se designa como *Nome-do-Pai*, na Psicanálise, é absolutamente arbitrário em sua função de metáfora. Há, no cotidiano, exemplos banais dessa arbitrariedade, que tanto pode proceder como simples capricho quanto obedecer a um imperativo maior. O sentido do *Nome-do-Pai*, abstraído de qualquer situação concreta, ainda que esta lhe determine, está a determinar e a ser determinado num determinado sistema linguageiro, ou seja, há algo que o ordena, que o estrutura. Pensemos na Língua que dizemos ser a nossa, nossa Língua, quem de nós a escolheu? Foi uma escolha? E, além disso, já não a recebemos estruturada numa ordem lógica, gramatical? Enfim, podemos constatar nos elementos mais simples e fundamentais como somos estruturados. E aquele que não conseguir operacionalizar tal herança, está inapelavelmente excluído dessa relação. Há a via de inclusão, designada por Freud como neurose, e a da exclusão, denominada psicose; numa, há metáfora, noutra não; não há, nesta outra, metáfora dessa relação do sujeito com o que o estrutura. No cotidiano, por exemplo, quando alguém, seja o pai, a mãe, algum educador, enfim, quem quer que seja, ao manter uma certa relação com uma criança, diz-lhe: *Não não faça isso*, aí está todo o peso de uma articulação subjacente. Pois bem, abstraiamo-nos de qualquer situação concreta e pensemos na própria articulação subjetiva operacionalizando-se enquanto sistema próprio e autônomo diante de qualquer idéia, pensamento, imagem, som, ato. Esse *Não* afirmativo não está, necessariamente, vinculado a alguma compreensão ou aceitação, isto é, há algum processo tipo denominado consciente.

Intervenção – [...]

*O estatuto do
nome próprio*

Sim, nem mesmo o nome. E é curioso dar-mos conta de que o que se chama *nome próprio* nem próprio ao sujeito é. Ao mesmo tempo, inscreve esse sujeito num sistema linguageiro, ou seja, num campo humano, simbólico. *Nome não se dá, nome se recebe*, no dizer de nosso Guimarães Rosa, expressão máxima de uma cadeia simbólica. O nome próprio é próprio a quem, a quê? Enfim, que função exerce em relação ao sujeito que o porta?

Intervenções – [...]

Nesse caso o nome é tão somente a confirmação do desejo. O

nome dado a alguém, numa certa idade, num tempo bem posterior ao do seu nascimento e de acordo com seu modo de ser, passa a ser mera confirmação do desejo, sendo possível indagarmos sobre se o modo de ser desse sujeito é ou não condizente ao desejo que o trouxe ao mundo da existência. Em relação ao desejo que o antecede, o nome será, de algum modo, confirmação desse desejo. Além dessa característica de o nome próprio não ser tão próprio assim a nenhum nomeado, talvez nem mesmo ao nomeante, há ainda a característica do *Não* da interdição, ou seja, o nome próprio do pai, o chamado sobrenome, como forma de interdição ao incesto.

Intervenções – [...]

Potlach.

Intervenção – [...]

É verdade, representa uma cadeia de desejos. Em relação ao Real, no paradigma do fantasma de Hamlet, enfim, sobre o *fantasma*, sobre nossos fantasmas, repousa a indagação sobre o que pode ser dito e não se consegue dizer. Há algo sobre nossos fantasmas impossível de se dizer. Por vezes encontramos referência à *fantasia*, podendo haver referências ao fenômeno em alusão aos termos fantasma e/ou fantasia. Em Hamlet, estamos diante de um fantasma, espectro, alma do outro mundo, visão, aparição do sobrenatural. Há o fantasma do pai morto e há as fantasias do filho. *Fantasma* e *fantasia* podem nos conduzir a muitas elaborações, contendo toda uma lógica própria à relação do sujeito com o objeto causa do desejo e demais objetos, incluindo-se aí as descobertas de Freud em torno das protofantasias, ou protofantasmas, as quais, mesmo não sendo do outro mundo, são de algum outro mundo que não o daquele que chamamos realidade. Há, creio, maior peso no termo *fantasma*, para designar esse fenômeno, que no emprego do termo *fantasia*. Há, sim, muita fantasia construída em torno do fantasmático, assim como em torno da realidade. Então, em nossas fantasias, em torno de um fantasma fundamental, primordial, o que há de real? Numa situação de análise, conseguimos falar muita coisa sobre nossos fantasmas originários, mas o que não conseguimos falar fica num domínio real, e um Real que invade os lugares não abrangidos pelo simbólico em nossa

A lógica do
fantasma e/ou
fantasia

O *Real* enquanto

categoria e a
realidade
circunstancial

fala. Há, então, o Real e há a realidade. O que há de realidade no Real? Ou de Real na realidade? Como distinguir o fantasmático do Real na realidade?

Intervenção – [...]

O filho morto, no sonho trazido por Freud, estava sendo velado e, velado, uma vela começou um pequeno incêndio. Ao lado, o pai sonha, e sonha com um apelo do filho. O que há aí, para esse pai, enquanto *fantasma* e enquanto *realidade*? Há a realidade, a realidade de um filho morto; há a realidade de um filho morto sendo velado; há a realidade de uma vela se queimando. Há, no entanto, algo de real para esse pai que, diante do apelo de um filho, não conseguiu impedir de morrer. O que esse pai pode falar sobre isso? Aquilo que lhe é impossível dizer é do campo real.

Intervenção – [...]

*As categorias RSI
na dimensão da fala*

A primazia é do Simbólico, ainda que sejam, na estruturação psíquica, as três dimensões, Simbólica, Imaginária, Real, equivalentes. Só é possível até falarmos sobre o Real a partir do Simbólico. A simples menção ao termo Real já indica estarmos no Simbólico. Em alguns momentos há injunção entre elas, quer dizer, uma dessas dimensões invade a outra.

Intervenção – [...]

A *certeza*
cartesiana e seu
estatuto
psicanalítico

Não há como responder a certas questões, referentes à especificidade do atendimento, de modo genérico, salvo sob a forma de questão clínica. As circunstâncias de uma intervenção são tão singulares que não há como generalizar sobre isso. Poderemos abordar a verdade e a certeza a partir de Descartes, num campo mais universal. Mas há uma certeza, no sentido de ser a certeza algo próprio de uma estrutura psicótica, no sentido em que um delírio é tão real para o delirante que adquire um estatuto de certeza. Numa estrutura neurótica, a certeza é fantasmática, fantasista, e alguma intervenção do analista sobre o que estamos aí considerando certeza produz alguma dúvida. Essa é uma das coisas mais irritantes que há nessa função, a de psicanalista, para o senso comum, pois o psicanalista é um sujeito considerado estar sempre duvidando do que se diz por haver sempre algo para além do que está sendo dito. Então, o analista não está ali para confirmar certezas, podendo, no caso, permitir admitir dúvidas

no que se afirma; como se faz isso com neuróticos, é uma coisa; outra, é com psicóticos, inclusive, nesse caso, não se propõe introduzir dúvidas na certeza do delírio, menos ainda compreendê-los, mas tão somente ouvi-los, o que, regra geral, deve ser feito também com neuróticos: ouvi-los, tão somente ouvi-los.

Intervenção – [...]

Testemunhos

Mas há a se considerar, numa situação de análise, a socialização dos delírios e das fantasias, seu compartilhamento ou a partilha de uma dúvida. No campo jurídico, o justo seria o mais próximo da verdade dos fatos, que depende, por sua vez, para ser verdadeiro, haver pelo menos duas testemunhas...

Intervenção – [...]

Então, como a Lei, a verdade pode ser aplicada diante de determinados fatos. Mas faz-se necessário que minimamente duas outras pessoas sejam envolvidas nessa verdade; é o momento em que se introduz o papel de testemunho nessa relação – e, por sinal, curiosamente, testemunho é da mesma origem de testículos, e, não menos importante é frisar o fato de dois testemunhos jamais coincidirem, sendo tal coincidência, quando ocorre, colocada em dúvida.

Intervenção – [...]

O estatuto da
certeza no
neurótico e no
psicótico

Lembrando uma vez mais nosso Guimarães Rosa, *fato só faz fato* O mais é narrativa, interpretação do fato. Se houver alguma possibilidade de aproximação entre o ato jurídico e o ato psicanalítico, estará com certeza na psicose – certeza que não é compartilhável – uma certeza impeditiva de qualquer tipo de compartilhamento com outrem, salvo na escuta, ao passo que a neurose já admite compartilhamento, implica em sua possibilidade, não somente de ser dita, mas também de ser ouvida, por aquele que a diz e pelo outro que a testemunha. A dúvida que se introduz nessa certeza permite compartilhá-la, reparti-la, sendo uma certeza que não é certa para o outro, que gera a dúvida. Sob esse aspecto podemos notar, com nitidez, a diferença entre a certeza sem dúvidas e a dúvida introduzida na certeza.

Continuação da leitura na página 38: *Tudo está à mão..*

Intervenção – [...]

Há uma diferença nessa relação paterna no Édipo e em Hamlet. No Édipo há o pai a ser morto e no Hamlet há o pai já morto; vivo para um, fantasma de um morto para outro. Édipo mata o pai; Hamlet não.

*Pulsão de morte e
atonas estruturas
psíquicas*

Intervenção – [...]

O pai de Hamlet já é um pai morto para ele, morto por outro, assassinado; é um fantasma. Já para Édipo não, ele o mata. Isso introduz uma discussão possível sobre estruturas psíquicas, particularizando, no campo das neuroses, características na histeria e na obsessão. O obsessivo não consegue realizar, no desejo, o ato, no caso, o ato de matar o pai. Hamlet mantém-se no pesar por essa morte. Há, na história de Hamlet, um pai substituído na relação para que possa realizar o desejo de morte.

Intervenção – [...]

Sim, de fato, Hamlet é uma tragédia que pode nos transmitir algumas lições sobre a obsessão, como, por exemplo, no ato obsessivo não há como matar o pai, pois ele já é fantasma, já está morto.

*O método na
loucura e a
obsessão*

Intervenções – [...]

Há método na loucura, é um dos ensinamentos em Hamlet. Outro dia ouvi uma frase anunciada por um escritor: *O escritor é um louco que tem juízo*

Intervenção – [...]

Não, Hamlet se finge de louco, ato que o poeta consegue realizar: *fingir que é dor a dor que deveras sente*

Intervenção – [...]

Há, então, uma analogia possível... Lacan, quando psiquiatra, já havia afixado, na sala de plantão do asilo psiquiátrico onde trabalhava, um quadro com os dizeres: *Ninguém é louco porque quer*. A loucura não é um ato de vontade. Mas, se há uma estrutura que faz limite com a loucura, é a da obsessão. É como se a obsessão se constituísse como o mais forte mecanismo de defesa contra a loucura. O obsessivo é o que está mais próximo da loucura, no ponto limite.

Intervenção – [...]

Mas é uma das características da obsessão, a de pensar, estando em busca de uma origem para todas as coisas, sobretudo a do próprio pensar e do pensamento, podendo ser excelente pesquisador e filósofo. O pensar é, então, no caso, um gozo.

Continuação da leitura na página 38: *O termo maior, com efeito, não é a verdade..*

Intervenção – [...]

A certeza signica

Isso nos permite lembrar a distinção entre signo e significante, se colocarmos a certeza na ordem do signo; mantém-se numa representação do signo. Observamos, na histeria, na fala histórica, um deslizamento mais corrente, podendo lançar-se de um significante a outro, ao passo que na obsessão a fala se detém e se fixa no que é do signo. O trabalho de análise será o de permitir haver essa passagem, essa remetência do signo ao significante. O conteúdo do inconsciente é deslizante.

Intervenção – [...]

Ah, é formidável. Divertido, ao fazer graça com a obsessão. Vocês conhecem Monk, referido pelo Augusto? Monk é personagem de um seriado na TV cuja característica é justamente a da obsessão aliada à inteligência investigativa. A obsessão é de tal ordem que foi licenciado de seu trabalho na polícia, mas indispensável como consultor da própria polícia para determinados casos, os quais os elucida exatamente pela lógica dos sinais, dos signos, dos indícios encontrados e pelas deduções.

Intervenção – [...]

Sim, os atos obsessivos estão imbricados com a morte e com os desejos infantis de onipotência, do tipo: se não fizer assim, algo vai acontecer. Sente-se sempre ameaçado e precisando de proteção. Proteção e aprovação.

Intervenções – [...]

É o que nós podemos chamar signo, essa idéia fixa num ponto em que, se o sujeito sair dessa linha onde pisa, se sente ameaçado.

Intervenção – [...]

Estamos falando sobre a certeza, na obsessão, enquanto forma de garantia. O conflito mantém-se contínuo entre fazer ou não fazer de tal ou qual modo.

Intervenção – [...]

Sim, é verdade, há, então, subjacente, o desejo de anular o desejo do outro, destruir, no Outro, esse desejo que o ameaça.

Intervenção – [...]

O preenchimento, no caso, é feito por um único signo, um signo qualquer a determinar todas as significações imaginárias. Há uma certeza nesse signo. Transformar esse signo numa metáfora permitiria, no caso, ao sujeito andar sem estar preocupado em pisar fora do que o signo geométrico da linha ou retângulo no calçamento lhe determina como limite para que não se sinta ameaçado pelo Outro, com sua dúvida. A metaforização da certeza permite ao sujeito deslizar entre significantes sem se sentir ameaçado ou ameaçador.

*O fenômeno da
pronominação nas
estruturas psíquicas
neuróticas*

Intervenção – [...]

Claro, mas interessante notar o pronome que usou ao referir-se à obsessão: *de*. Na histeria é comum usarmos *da*. O artigo *o* atendo-se à obsessão e o artigo *a* à histeria. O que isso está sempre a nos indicar? Qual a relação existente em nosso sistema linguageiro entre essa pronominação e aquilo a que chamamos mecanismos de defesa diante da castração?

Intervenção – [...]

Tentando formar um elo na cadeia significativa, fazendo leitura ou leituras desses signos, naquilo que representam para o sujeito.

*Transferência/
Transmissão*

Continuação da leitura na página 38: *E quem não duvidaria...*

Só um detalhe. Onde se lê *a propósito da transferência*, há uma pequena correção que fiz no meu livro para *a propósito da transmissão*, provavelmente em alguma comparação feita entre versões. Reparem se faz sentido.

Continuação da leitura na página 38: *Ora – é aí que Freud..*

*Sistema de relações
entre signo,
significante e
significado*

Intervenção – [...]

Sim, há diferença entre signo e significante. Lembremo-nos da fórmula: signo é o que representa alguma coisa para alguém; significante é o que representa o sujeito para outro significante.

Intervenção – [...]

Bem, nesse caso seria a relação entre signo e significado. Entre significante e significado escreve-se assim: **S/s**. Essa barra...

Intervenção – [...]

No caso obsessivo, o signo manteria uma relação direta com o significado.

Intervenção – [...]

*O agitode
Descartes e o
meio-dizer
lacaniano*

Seria interessante que até a nossa próxima reunião nós lêsemos alguma coisa sobre Descartes, até porque Lacan coloca Descartes num ponto de evidência no sentido de que, na Psicanálise, se é possível haver alguma cientificidade possível, só o é a partir de Descartes com sua concepção de sujeito. E há aqui essa referência ao Outro. Para Descartes o Outro é o Outro da certeza, trata-se de um Outro não-enganador, ou seja, para todas as possibilidades do engano no pensar e nos sentidos existe, no entanto, um Outro não-enganador, que, para Descartes, é Deus. Nós vamos aprendendo, aos poucos, com Lacan, que, afinal, esse Outro mente. E, lembrando mais uma vez nosso Guimarães Rosa: *mente pouco quem a verdade toda diz*. E, com Lacan: a verdade é sempre meio-dita.

Intervenção – [...]

E o Logos, a Palavra que se fez carne?

Intervenção – [...]

Mas está muito bem assentado sua distinção entre verdade e certeza.